

Editorial

Neste final de 2025, a *Revista Jurídica IUS Vivens*, do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), chega à segunda edição após o relançamento e começa a se consolidar como símbolo de publicação científica séria e rigorosa das ciências jurídicas em Mato Grosso do Sul.

É importante lembrar que essa retomada só foi possível graças ao apoio irrestrito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e sua Escola Judicial (Ejud-MS). Por meio desta parceria estratégica, foi possível relançar o periódico e, agora, fortalecer a trajetória da publicação com esta edição.

Nesse contexto de agradecimentos, é imprescindível nomear aqueles que contribuíram de forma decisiva para o relançamento durante a gestão 2023/2024 do TJMS: os desembargadores Sérgio Fernandes Martins e Odemilson Castro Fassa, Presidente da Corte e Diretor-geral da Ejud-MS, respectivamente, que não mediram esforços para acolher a proposta de incentivar a produção científica voltada aos operadores do Direito de Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil.

Os agradecimentos devem alcançar também os integrantes da gestão 2025/2026 da Corte de Justiça estadual, notadamente na figura dos desembargadores Dorival Renato Pavan, atual Presidente, e Marco André Nogueira Hanson, atual Diretor-geral, que prontamente deram continuidade à parceria outrora firmada.

Nenhum editor realiza trabalho relevante sozinho. Por isso, cabe agradecer à UCDB, ao Curso de Direito, aos avaliadores e, sobretudo, aos autores que contribuíram com seus textos nesta e na edição anterior. Vocês fazem a revista acontecer e impulsionam a produção científica, colocando o Mato Grosso do Sul na rota de importantes centros produtores de conhecimento no Brasil e no mundo.

Nesta edição, a revista traz ao público cinco artigos de impacto significativo para a produção científica nacional. O primeiro, *Educação como instrumento de enfrentamento à violência de gênero*, traz um assunto de importância bastante atual e significativa: a violência de gênero; destacando a importância da educação como instrumento de construção de uma sociedade mais solidária e fraterna. O trabalho parte da análise de dados atualizados para alcançar propostas e sugestões de melhorias do modelo atual.

Já o artigo *Ressocialização carcerária: análise das condições e desafios para a reinserção social de ex-detentos* busca aprofundamento sobre os resultados da aplicação de penas para a sociedade. É de conhecimento notório as paixões existentes nos tempos atuais e como isso influencia os debates no Congresso Nacional, com a criação diária de novos crimes e aumento exponencial de reprimendas, o que eleva o número de pessoas encarceradas. Por outro lado, não se pode perder de vista que a lógica da execução penal é a de que – cedo ou tarde – a pessoa que fora condenada retorna à sociedade, cabendo a esta a escolha de receber um ser humano melhor ou pior do que aquele que foi encarcerado.

No artigo *O impacto transformador da Corte Interamericana de Direitos Humanos na América Latina*, busca-se identificar as contribuições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para o desenvolvimento jurídico do Brasil. Partindo da ideia de superação da soberania como uma forma de isolamento estatal, compreendendo a aplicação cotidiana de um sistema jurídico multinível e a necessidade de exercício dialógico dos estados nacionais para a construção e o fortalecimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O texto *Presunção de legitimidade no Direito Administrativo Sancionador brasileiro: uma marca de sua insubstancialidade* retoma um problema considerável da teoria do direito a partir das revoluções liberais, em que se estabeleceu a presunção de inocência do réu e, conseqüentemente, atribuiu a carga probatória à acusação. Porém, quando se trata de Direito Administrativo, ainda permanece a presunção de legitimidade dos atos e das decisões do Poder Público. O texto aborda com considerável profundidade elementos teóricos que conduzem a um problema reiterado no cotidiano forense: a necessidade de respeito aos direitos fundamentais da Constituição de 1988 na tramitação e na decisão dos processos administrativos.

Por fim, o artigo *Direito à desconexão e a saúde mental do teletrabalhador à luz do trabalho digno* evidencia um problema cotidiano desta sociedade hiperconectada. Com as atividades laborais cada vez mais se deslocando do ambiente físico para um ambiente virtual, torna-se comum a dedicação ao trabalho em momentos não previstos para esta realização, acarretando sobrecarga física e emocional, o que acaba distorcendo a dignidade do ser humano enquanto trabalhador.

Com este novo ciclo, reafirmamos nossa missão de estimular a pesquisa, promover a interdisciplinaridade e valorizar a produção acadêmica de nossos discentes, docentes e da comunidade jurídica em geral.

Seja bem-vindo(a) à fase de consolidação da *IUS Vivens* – viva, atual e comprometida com a construção do Direito em movimento.

Paulo Adaias Carvalho Afonso
Ricardo Souza Pereira
Editores-chefes